

AS PERFORMANCES DE MULHERES INDEPENDENTES NOS ANOS 1980: AS SUBJETIVAÇÕES, OS INVESTIMENTOS NA CARREIRA E A AQUISIÇÃO DA LIBERDADE

THE PERFORMANCES OF INDEPENDENT WOMEN IN THE 1980S: SUBJECTIVES, CAREER INVESTMENTS AND THE ACQUISITION OF FREEDOM

Julinete Vieira Castelo Branco

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora EBTT do Colégio Técnico de Teresina Universidade Federal do Piauí;

Resumo: O principal argumento deste estudo concentra-se sobre a ideia de que, na década de 1980, os discursos propagados em jornais, revistas femininas e pela TV buscavam imprimir modelos culturais que favorecessem, por um lado, o rompimento com uma mentalidade patriarcal, ainda definida por valores morais católicos, e, por outro, o surgimento de outras práticas sociais de determinado modelo de mulheres, que ousaram criar novos formatos de sonhos, iniciativas e independências em Teresina. Nesse sentido, este estudo busca compreender e analisar vivências femininas singulares, juvenis e independentes nessa década. Assim, as entrevistas realizadas com os sujeitos independentes revelaram que esses fatores redefiniram as identidades ditas femininas, desdobrando-as noutros modelos e performances, modificando costumes, práticas familiares e da conjugalidade. Assim, novos signos e símbolos foram definidos na arte, cultura, política e no espaço urbano, com a abertura de outras oportunidades de emprego, estudos e de entretenimento, bem como abriam-se novas possibilidades de cidadania e participação política às mulheres jovens, que sonhavam e lançaram-se à conquista de sua independência financeira, profissional e familiar.

Palavras-chave: Juventude. Mulheres independentes. Família. Identidades. Conjugalidades.

Abstract: The main argument of this study focuses on the idea that, in the 1980s, the discourses propagated in newspapers, women's magazines and on TV sought to establish cultural models that favored, on the one hand, the break with a patriarchal mentality, still defined by Catholic moral values, and, on the other, the emergence of other social practices of a certain model of women, who dared to create new formats of dreams, initiatives and independence in Teresina. In this sense, this study seeks to understand and analyze singular, youthful and independent female experiences in this decade. Thus, the interviews conducted with independent subjects revealed that these factors redefined the so-called feminine identities, unfolding them into other models and performances, modifying customs, family practices and conjugality. Thus, new signs and symbols were defined in art, culture, politics and urban space, with the opening of other opportunities for employment, studies and entertainment, as well as new possibilities for citizenship and political participation for young women, who dreamed of and set out to achieve their financial, professional and family independence.

Keywords: Youth. Independent women. Family. Identities. Conjugalities.

Este estudo objetiva compreender e analisar vivências femininas singulares, juvenis e independentes nos anos 1980. Trata-se de parte do resultado da minha pesquisa no curso de Doutorado em História, como discente do Doutorado Interinstitucional (DINTER) promovido pelo Programa de Pós-graduação em História – uma parceria entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O estudo, em sua totalidade, consiste em uma análise sobre experiências de independência, sociabilidades, juventude, imigração e escolarização de mulheres na cidade de Teresina, nos anos 1980. A partir da análise de modelos individualizados, são examinadas experiências e atitudes de independência consideradas femininas.

Porém, este texto corresponde a um capítulo desse trabalho e apresenta algumas das questões que nortearam o estudo, como: quais condições históricas tornaram possível a reinvenção de um modelo de mulher independente em Teresina nos anos 1980? Quais eram as experiências urbanas das mulheres em Teresina? Como se estabeleciam as afetividades e as conjugalidades das mulheres independentes?

Desse modo, a metodologia baseia-se no levantamento de histórias de vida de jovens que vivenciaram sua juventude na capital, tomando por referência as vivências de sete mulheres com trajetórias de vida juvenil em Teresina nos anos 1980. São mulheres que, hoje, estão na faixa etária entre 50 e 60 anos e ousaram afirmar-se como indivíduos que buscaram caminhos profissionais e pessoais mais livres, sobretudo traçando experiências diversas para a conquista da escolarização e da carreira.

É válido lembrar que são muitas as variáveis que envolvem o sujeito independente e, por conta disso, houve a imposição de normas às mulheres, assim como a criação de leis para validar suas ações e liberdades. As relatividades do tempo histórico, bem como suas incompletudes, afetaram a construção histórica das mulheres, por conta da diversidade de condições simbólicas de trabalho e de educação que nortearam suas iniciativas no Estado. Conforme o ritmo do século XIX, os idos do século XX desenharam um cenário de mutações constantes em referência às atividades realizadas pelas mulheres. Vetores importantes, como o aumento da população urbana, com o efeito das imigrações e da industrialização no Brasil, e o crescimento do setor comercial, implicaram, certamente, em singulares transformações econômicas e oportunidades de trabalho para as mulheres; mudanças efetivas que possibilitaram o aumento das atividades consideradas femininas tanto na cidade como no campo.

No artigo da Carta CEPRO – “O Piauí na economia Nacional” – são apontadas as importantes mudanças no cenário econômico, ainda que em passos lentos, devido aos fatores peculiares de sua colonização, que integraram o Piauí na rítmica capitalista nacional – tentativa em trâmite desde o início do século até os anos 1980. O autor atribuiu esse ritmo, observado nas três últimas décadas do século XX, a três fatores: à intensa industrialização no período pós-guerra, à ênfase no setor de transportes e à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como resposta aos problemas regionais e seus efeitos para o Estado:

A última década passada (1970-1980) foi marcada pela vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Essa década é caracterizada por acelerado ritmo

econômico em que as grandes obras públicas eram o carro-chefe da economia nacional [...] (CARTA CEPRO, 1982, p. 109).

A realidade do cenário piauiense nesse quadro é bastante pessimista. Na impressão do autor no artigo, as mudanças são apontadas e as dificuldades enfrentadas em relação ao nível nacional. As mudanças são perceptíveis, mas parecem caminhar de forma lenta e sutil em relação às expectativas econômicas para o estado:

Embora, o Piauí atualmente, já disponha de uma estrutura viária até certo ponto bem desenvolvida, de um sofisticado sistema de telecomunicação e energia elétrica abundante, tais melhoramentos têm demonstrado serem incapazes de induzir, de maneira rápida, a alocação de recursos produtivos nesse Estado, pois os grandes centros comerciais e industriais do país, além desses serviços oferecem aos investidores outras vantagens ausentes na economia piauiense [...] (CARTA CEPRO, 1982, p. 109).

Esses entraves à economia piauiense eram visíveis em um momento de transição para a década de 1980. O impacto do setor comercial é apontado na fala crítica à economia do estado como um “inchamento” dessa área:

A economia se apresenta como um intumescimento, que é simultaneamente, causa e efeito do desenvolvimento e preponderância da atividade comercial do Piauí. A economia cresce em valores monetários, mas, à custa de um processo produtivo localizado fora das fronteiras estaduais [...]. Assim, a venda de produtos sobretudo manufaturados (do alfinete ao videocassete) é senão a última etapa do processo de industrialização, localizado não no Piauí, mas, nas metrópoles do complexo sul (CARTA CEPRO, 1982, p. 122).

Evidentemente, o setor comercial piauiense expandiu a oferta de empregos, e as mulheres foram incluídas nessa atividade, tanto na capital como nas cidades do interior do estado. Porém, é notório que a ideia de trabalho sempre esteve atrelada à dinâmica das atividades de homens e mulheres. Conforme as dinâmicas do século anterior, o termo “trabalho” para mulheres ainda carregava uma representação polissêmica, devido aos desdobramentos diversos atribuídos a esses indivíduos, como explica a análise crítica de Matos (2013, p. 127):

Alguns confundem “trabalho feminino” com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa. Já outros entendem que envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho. Neste último sentido, o trabalho chegou a ser questionado como elemento impeditivo das ditas “funções naturais” das mulheres, as de mãe e esposa. Entretanto, basta olhar com atenção a história para ver que as mulheres sempre trabalharam [...].

A comparação se estabelece por evidenciar uma abertura efetiva de novas ocupações para mulheres durante todo o século XX. E, ao final desse período, os espaços de trabalho. Os

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo de 1991, registraram uma considerável parcela de mulheres sendo chefes de famílias:

Desde a década de 80 vem crescendo de maneira regular a proporção de domicílios com chefes mulheres. Em 1981 e 1985, esta proporção era, respectivamente, de 16,9% e 18,2%; em 1990 e 1995, era de 20,3% e 22,9% (IBGE, 1990, p. 53).

Nesse sentido, as profissões mais procuradas até essa década, em que as mulheres atuavam com bastante frequência, incluíam professoras, bancárias, servidoras públicas e comerciária. Porém, a configuração do trabalho feminino passa a adquirir novas feições com a procura das estudantes por cursos superiores e carreiras que, anteriormente, eram ignoradas pela maioria das mulheres, por serem consideradas domínios de masculinidades. Ao final da década, observou-se um número relevante de mulheres que prestavam os exames vestibulares e seguiam vida acadêmica; assim, muitas optaram por adentrar também outros espaços de trabalho, exercendo as funções de assistentes sociais, engenheiras civis, advogadas, médicas, enfermeiras, economistas, entre outras funções. Nesse sentido, o campo de trabalho para mulheres em Teresina seguiria o mesmo ritmo, aberto para esse modelo de sujeito independente naquele momento. Mattos e Borelli (2013, p. 141), no artigo “Espaço Feminino no Mercado Produtivo”, analisam:

O crescimento dos setores de serviço e comércio abriu novas possibilidades de emprego para as mulheres, sendo exemplar o ocorrido no setor bancário. Para enfrentar o cotidiano do intenso processo inflacionário da década de 1980 e inícios de 1990, o sistema brasileiro optou pela informatização e alterou os critérios para a contratação e o trabalho de seus funcionários, levando a um rebaixamento salarial na categoria. Nesse contexto, num curto espaço de tempo, as mulheres se tornaram a maioria dos empregados nas instituições bancárias.

Nas entrevistas, as depoentes citaram suas experiências de estudo e trabalho, revelando a ambição por incorporar a construção de um modelo social que se mostrasse independente dos padrões tradicionais. Nessa época, o significado de vivências adultas representava trabalhar e se estabelecer com o avanço da escolarização. Tailândia Alencar revela sua angústia para o alcance de suas expectativas:

Logo que concluí o segundo grau, eu também fui trabalhar. Fui trabalhar como professora, porque, paralelo à tentativa de vestibular, que eu tentei uma ou duas, nesse período. [...] Depois, eu fiz o Pedagógico e eu fui trabalhar no Estado como professora.

Edilene Facundes, narrando suas histórias de vida, relatou os anseios que sentia em relação à conquista do primeiro emprego, à experiência de alcançar os sonhos de aprovação em concurso público e à necessidade dos estudos para a solidez dos projetos de carreira e para a construção de uma independência da família e, ao mesmo tempo, a garantia do sustento fa-

miliar:

Em 1981 arranjei um emprego, porque eu precisava! Eu queria muito trabalhar na Caixa Econômica. E na Caixa eu tive oportunidade de trabalhar como analista de crédito e não tinha um lugar mais pra aplicar a minha formação, quando eu me formei em Economia, eu já trabalhava na Caixa. Aí, eu fiz uma especialização. Era concursada. [...] Foi o primeiro emprego, foi esse concurso, que passei e entrei com 21 anos. Eu era a mais nova da Caixa, quando eu entrei. Sim, minha família até dependia dele. Na verdade, eu fui arrimo de família, porque meu pai saiu de casa, nessa época, e eu fiquei sendo a provedora.

As vivências das mulheres na capital se revelaram amplas, propondo a materialização de suas performances em atividades e estudos. Um modelo de sujeito independente envolvia o sustento da família, a preocupação com os estudos e a autorrealização. Nesse sentido, a afetividade e o matrimônio ocuparam um lugar secundário nos projetos de vida, sendo desmitificados os sonhos de Cinderela, de conquista do companheiro, e adiando a realização do casamento. A prioridade pela escolarização consistiu em um importante vetor de condução para os projetos de vivências de mulheres independentes. À medida que esse número aumentava, os empregos se diversificavam. Em Teresina, essa realidade não foi diferente. Assim, ao final dessa década, várias mulheres assumiram importantes funções nos quadros sociais. Mattos e Borelli (2013, p. 145), assinalam, ainda, que:

A expansão do Ensino Médio e universitário possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em diferentes níveis e áreas do conhecimento. Entre 1970-1975. [...] O avanço da escolaridade entre as mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente competitivas... Apesar de a presença feminina nas universidades ainda se concentrar nas áreas de Educação e Humanidades, observa-se a diversificação, com mulheres presentes em outros campos como as Engenharias, a Arquitetura, a Medicina, a Veterinária e o Direito, numa sistemática consolidação de novas trajetórias profissionais.

É perceptível, nesse diálogo dinâmico acerca da constituição de gêneros, que as histórias de vidas de modelos de sujeitos independentes demonstraram autênticas e diversificadas experiências de “individação” de mulheres, propriamente de uma constituição de novos indivíduos que, com suas iniciativas e atitudes, rejeitaram antigos padrões de representação dos valores familiares, entre eles a forma de constituição de ser mulher. Porém, com o acesso ao trabalho, emergiram, logo no início da juventude, as possibilidades abertas pela escolarização. Como evidencia Rita de Cássia:

Eu comecei a trabalhar, exatamente, aos 23 anos. Foi quando, em janeiro de 85, me formei e me casei, fui pra Bom Jesus e lá comecei a trabalhar. Tinha ainda 23 anos de idade e tive meu primeiro emprego, que foi na UFPI e até hoje estou

aqui. Minha família era a favor do trabalho, com certeza, me apoiava bastante, sempre me incentivava a crescer no meu trabalho e ir em frente.

A “experiência”, como conceito de explicação histórica do indivíduo, é uma proposta de análise realizada por Joan Scott (1998, p. 20). A autora defende essa análise a partir das vivências do indivíduo para a compreensão de sua construção histórica, e reitera que o entendimento da história somente é possível pela via das experiências que atravessam os indivíduos. Porém, Scott argumenta que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais entre os sexos (1985, p. 86).

Nesse caminho do entendimento acerca do conceito de “experiência”, busco o entendimento da noção de “mulheres” como indivíduos independentes, analisando como são constituídas a partir de práticas e vivências estabelecidas e atravessadas por esses sujeitos com experiências individuais. E, por essa ótica, é necessário perceber as subjetividades impressas como elementos complexos de suas identidades próprias, não a partir das identidades sexuais, construídas e fechadas aos modelos de feminilidade e masculinidade, mas integrando a elas a percepção psicológica do indivíduo. Aqui, as identidades de sujeitos se definem e operam como plurais, não estáticas, mas voláteis, definidoras de suas vivências e histórias.

O uso do conceito de “experiência”, como percepção de imagens históricas dos sujeitos plurais e flexíveis, é um possível caminho para este estudo. Porém, claro está que esses sujeitos, aos quais faço referência, constituem resultados de discursos construídos em uma dada época e momento. Por assim dizer, as imagens construídas de mulheres são luzes, conforme associa Foucault (1994, p. 97) ao interpretar a Vênus de Ticiano: “Há essa mulher nua que está lá, não sonha com nada, não olha nada, há certa luz e essa luz que, indiscretamente, vem marcá-la ou acariciá-la e nós, espectadores, que surpreendemos o jogo entre essa luz e essa nudez”.

Sob essa ótica, observo as trajetórias das mulheres que se compuseram como sujeitos independentes, em suas experiências e vivências em Teresina. Como indivíduos múltiplos, conseguem descentralizar o sujeito “mulher” e revelar, em atitudes e iniciativas, caminhos para o alcance dos sonhos, das conquistas e do amor. E nesse caleidoscópio de múltiplas formas, esses sujeitos se inventam e se reinventam em suas constituições de indivíduos e mulheres.

OS CORPOS FEMININOS COMO TERRITÓRIOS DE EXISTÊNCIAS INDEPENDENTES

Considera-se que, na construção das subjetividades femininas, os corpos atendem e respondem a estímulos que lhes direcionam aos desejos individuais. Nesse entendimento, Rolnik (2014, p. 13) afirma que, entre o corpo e a capacidade de percepção, há uma tensão, que ela chamou de uma “relação paradoxal”, a qual nos impulsiona a agir e a transformar a paisagem subjetiva e objetiva, como a autora expõe:

Entre a vibratibilidade do corpo e sua capacidade de percepção há uma relação paradoxal. É a tensão desse paradoxo que mobiliza e impulsiona a potência de criação, na medida em que nos coloca em crise e nos impõe a necessidade de

criarmos formas de expressão para as sensações intransmissíveis por meio das representações de que dispomos. Assim, movidos por esse paradoxo, somos continuamente forçados a pensar/agir de modo a transformar a paisagem subjetiva e objetiva.

Esse “corpo vibrátil”, conforme cita a autora, movimenta-se no sentido de buscar adequação às representações por meio de uma relação de forças, forjando-se um modelo de corpo feminino em um cenário cartográfico embasado pela micropolítica do neoliberalismo dos anos 1980. E, nesse sentido, busco revelar as micropolíticas de subjetivação impressas nesses corpos.

Nesse plano, chamado por Rolnik de “cartografia do desejo”, me importa entender as micropolíticas e os agenciamentos do desejo – como estes se desvendam e se cognificam nas ações femininas do eu ou do indivíduo. Em vista disso, considero, com a autora, que o plano de individuação está plenamente envolvido com o outro; não há como desvincular os desejos dos indivíduos. As singularidades que envolvem os sujeitos femininos são tomadas pelo traçar de suas subjetividades, afetos e, assim, não podem se deslocar das suas relações exteriores. A exemplo da micropolítica que explica Rolnik (2015, p. 60):

“Micro” é a política do plano gerado na primeira linha: cartografia. O princípio de individuação, neste caso, é inteiramente outro: não há unidades. Há apenas intensidades, com sua longitude e latitude; lista de afetos não subjetivados, determinados pelos agenciamentos que o corpo faz e, portanto, inseparáveis de suas relações com o mundo.

Seguindo por esse caminho, na fala de Edilene Facundes verifica-se as formas de des-territorialização do “indivíduo”, ao configurar um modelo dito feminino que rejeitava em seguir. Aponta-se uma multiplicidade de desejos no sentido de resistência às representações de padrões e normas sociais, e apresentam-se devires de vivências, de buscas, de expectativas:

Mas, assim, eu acho, particularmente, que sempre fui meio transgressora e em casa eu enfrentava meu pai e minha mãe, em termos de valores. Vou dizer essa palavra “irreverente”, mas, pra colocar minhas posições...em termos de colocar minhas posições, minha mãe aceitava melhor. Só que meu pai também, nunca foi aquela pessoa... Ah! De brigar comigo por isso, sempre dizia: só casava se tivesse emprego, que eu não iria depender de marido. Essas coisas...

Nesses devires, os indivíduos fogem às limitações impressas como dadas às suas vivências. A resistência é uma forma de criar novos possíveis caminhos para a individuação. O diálogo com esses modelos de indivíduos remete à reflexão de que escrever uma história das trajetórias de mulheres é também evocar um eco distante do silêncio das imagens construídas como femininas. E, sobre a rejeição a essa invisibilidade, não tardam as inúmeras queixas dessa ausência de visibilidade das mulheres na historiografia. Por essa lógica, para Bassanezi:

[...] nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas, ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade, mas, é sobre elas, que o silêncio pesa mais. E por isso, por várias razões.

Os desejos encaminham-se para os processos individuais do ser como sujeito. Assim, buscar associar os planos de carreira e os sonhos consistiu em um lugar-comum entre as depoentes citadas. No caso de Tailândia Melo, a experiência pela luta em busca de melhores condições de trabalho revelou a angústia pela desterritorialização como sujeito independente:

Então, trabalhei, era professora primária, trabalhava e logo eu me envolvi com o movimento sindical. E aí, fui da primeira diretoria da APEP, que era a Associação de Professores, nós começamos, na verdade, como um grupo de oposição à APEP.

Ao cartografar os desejos de profissionalização, imprimem-se as subjetividades das identidades em estudo, numa composição dos processos individuais que se desdobram e, conforme tratou Rolnik, constroem marcas de territórios. Na fala de Sônia Terra, é possível capturar esses agenciamentos:

Fui da primeira turma do Curso Técnico em Radialismo. Eu sempre gostei muito de rádio. Eu já fazia parte do movimento que eu sempre participei e tinha um programa na rádio Pioneira e aí fiz Curso Técnico em Radialismo, então são três cursos técnicos e uma série de outros cursinhos... E tempos depois, eu até iniciei fazendo Administração, aí parei por conta do trabalho e depois, entrei no Jornalismo... Eu sempre fui uma pessoa muito dedicada ao movimento, na luta, nas ações e viajando e pensando nos outros tanto quanto em mim, e às vezes ia deixando aquilo que nesse campo me motivava. Na época, terminei o Segundo Grau, meu desejo era fazer Sociologia, já era um desejo, naquela época, de fazer Ciências Sociais.

Assim, as identidades apresentam-se como plurais, fazem uso dos desejos e configuram os agenciamentos, constituindo-se como sujeitos independentes para a legitimação de seus corpos, sonhos e da construção de territórios livres.

AS MULHERES INDEPENDENTES E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Acerca das funções exercidas como atividades, representadas pelo trabalho das mulheres, Perrot (2016, p. 110) descreve, numa vertente singular acerca do sujeito “mulher”, como as sociedades ocidentais inseriram as mulheres no campo do trabalho. O fator que promoveu essa mutação foi atribuído ao regime de salários que emergiu com a industrialização, nas sociedades dos séculos XVIII e XIX. Importa lembrar que as mulheres, como sujeitos, sempre exerceram atividades, conforme a autora aponta:

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível.

Nesse sentido, no Brasil, a discussão acerca da liberdade das mulheres foi atrelada ao casamento, não consistindo, assim, em um debate novo. Porém, somente no final da década de 1970 a legislação passou a contemplar a possibilidade de uma liberdade institucional de escolha às mulheres para ir e vir, independentemente das relações conjugais. Cortez (2013) discute no artigo “A trilha legislativa da mulher”, que, a partir do Código Civil de 1916, criou-se uma abertura à liberdade das mulheres, em relação ao matrimônio. Porém, com certos limites e discriminação no texto jurídico, a criação do desquite não permitia às mulheres e aos homens, uma vez casados, um novo vínculo matrimonial.

Entre algumas medidas, em 1962, com as alterações incluídas no Código de 1916, O Estatuto da Mulher Casada (Lei n.º 4.121/1962) atribuiu novos poderes às mulheres, como o pátrio poder sobre os filhos oriundos do casamento anterior, sem a interferência do cônjuge. Contudo, essa constituição definiu às mulheres a categoria de livres somente após sua profissionalização, para que pudessem exercer seus direitos.

No Brasil, desde meados do século XX, as discussões acerca do trabalho envolvendo mulheres em sociedade emergiram na pauta das discussões políticas. A preocupação legal com as funções desempenhadas por mulheres veio à tona com a criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Era Vargas estabeleceu a segurança dos direitos sociais, até então intocáveis, e, pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, criou a legislação trabalhista. Sobre essa iniciativa, Cortês (2013, p. 280) interpreta:

[...] a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reconheceu e regulamentou as relações dos trabalhadores brasileiros: mulheres, homens e menores, discriminando, entretanto, os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos.

A partir desse evento, a chegada dos anos 1980 veio consolidar as lutas políticas pelas diferenças entre homens e mulheres na lei. Entretanto, é importante notar que não é o centro deste estudo enfatizar as diferenças, nem discutir as amarras que provocaram o tema, mas sim marcar as experiências de liberdade e independência das mulheres como indivíduos e sujeitos históricos. Para tanto, é necessário visualizá-las como sujeitos atuantes em imbricadas relações de força e poder.

A mudança de teor mais significativo, contudo, foi impressa na Emenda n.º 9, que trouxe a possibilidade constitucional com a promulgação da Lei do Divórcio em 1977. Cortês (2013, p. 267) aponta a medida como um divisor de águas em relação ao casamento civil no Brasil. Porém, essa lei trazia uma série de novas condições à liberdade feminina. A plenitude desse teor jurídico foi alcançado com as alterações da Emenda Constitucional n.º 66. Cortês analisa os impactos dessa lei sobre homens e mulheres:

Em 2010, depois de 34 anos de admitido o divórcio no Brasil, foi aprovada a Emenda Constitucional n.66, que excluiu todas as condicionalidades, inclusive a necessidade de separação judicial prévia. Assim, o divórcio direto, sem prazo preestabelecido chegou finalmente às leis brasileiras, regulamentando situações de homens e mulheres que se sentiam presos a laços que não mais existiam, podendo ser requerido de forma simples e rápida.

A matéria do jornal *O Dia*, de 28 de março de 1980, apresentava os resultados da Lei do Divórcio em Teresina. O texto informava que a lei, aprovada em 1977, que ampara o divórcio e aplicado no estado, em janeiro de 1978, surgiu como alternativa de solução para os problemas conjugais. Na matéria, o Piauí demonstra também um número em menor escala, comparado aos outros estados do país, 200 casos registrados no estado – como é acentuado na manchete: *Chegam a 200 os divórcios em Teresina*. O texto ainda enfatizava:

A população de Teresina, especialmente a de média e alta classes sociais, tem, como outras partes do país, procurado soluções, através do divórcio, levantamentos feitos em cartórios da cidade, especializados em causas dessa natureza, dá uma margem de 200 anuais, vez que em um só desses órgãos a taxa é de 144 a média ao ano.

É possível afirmar que, ao longo do século XX, importantes modificações legais, de teores específicos, foram modificando questões delicadas atribuídas ao estatuto das mulheres. No entanto, a Constituição de 1988 veio encerrar as profundas mudanças políticas da década. Nomeada de Constituição Cidadã, por abrir um valioso espaço dedicado às mulheres, esse texto foi elaborado com ampla participação social. A Carta Magna, nesse quadro, registrou diversas indagações dos movimentos de mulheres e feministas. A mudança mais significativa no sentido da liberdade das mulheres foi a conquista da isonomia, com a igualdade entre homens e mulheres perante a lei. Nesse sentido, o texto destaca, no artigo 5º, inciso I: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. Com base na análise de Cortês (2013, p. 263), além desta, outras conquistas voltadas para as mulheres e a sociedade foram alcançadas – o que definiu esse documento como uma “Constituição cidadã”:

Dentre as principais conquistas está a isonomia-igualdade-igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Homens e mulheres foram incluídos na legislação, com igualdades de direitos e obrigações na vida civil, no trabalho, na família. [...] a prática do racismo, definido como crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão.

Portanto, sabe-se que, nesse sentido, iniciativas femininas não são novas, pois os séculos XIX e XX destacaram lutas sociais e conquistas femininas marcantes. Porém, existem, ainda, muitos caminhos a trilhar por espaços e reconhecimento na legislação brasileira para que os ideais de liberdade de mulheres, assim como dos homens, bem como os anseios da sociedade, sejam aplicados a contento. É certo que, no final do século XX, as conquistas foram consideradas bastante positivas. Passos largos foram dados em direção ao modelo de mulheres

independentes em construção, desde o direito conquistado ao voto feminino à conquista da democracia, a inserção de políticas públicas e a participação política em cargos públicos. Contudo, é óbvio que ainda há muito a percorrer para que as mulheres alcancem, em sua totalidade, a realização de sonhos, anseios políticos e sociais, além da liberdade e da cidadania plena para suas expectativas pessoais e profissionais na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre uma ousadia instigante abordar, tratar e analisar os indivíduos mulheres. Isso se justifica por conta da enorme complexidade que nos apresentam as historicidades que definem essas trajetórias como objetos de estudo. Ao longo das décadas, no traçar da escritura histórica emergem, assim, universos descritos femininos e múltiplos que significam distintas experiências dos indivíduos “mulheres”. São vetores que constituíram um caminho complexo e emergente na historiografia, devido à variedade de objetos que se cruzam e se apresentam à pesquisa histórica. Ao adentrar a discussão acerca dos estudos de gênero, especificamente no campo da história das mulheres, conhecer as vivências de mulheres independentes em Teresina consistiu no entendimento do amplo universo dos sujeitos, como indivíduos que constituíram e modificaram valores, normas, costumes e crenças e, desse modo, apresentaram novos caminhos à historiografia sobre a constituição de sujeitos independentes na sociedade de Teresina nos anos 1980.

É certo afirmar que a diversidade dos estudos culturais, atualmente, com a ampla aceitação da linha que insere o pós-modernismo, assim como da história social, enriqueceu e multiplicou os temas acerca das trajetórias e ritmos das mulheres, do corpo, da educação, do trabalho, entre outros, nas últimas décadas. Contudo, mesmo com o leque de propostas apresentadas em forma de objetos de estudo acerca das mulheres na historiografia, ainda permanecem lacunas na pesquisa histórica sobre o tema. A condição de sujeitos independentes revelou e ampliou os universos que se abriam aos modelos de mulheres dos anos 1980, seus ideais de liberdade, suas incompletudes, deslocamentos e desterritorializações, que penetraram os ritmos das complexas trajetórias desses indivíduos enquanto sujeitos históricos.

Percebe-se, nesse sentido, que a excentricidade de tais experiências modificou os ritmos individuais, constituído por sonhos, experiências, singularidades e subjetividades de uma parcela da juventude dita feminina em Teresina, que era provocada por imagens e discursos televisivos e impressos nos canais de comunicação. Em sintonia a essas mutações, a cidade de Teresina pareceu se permutar com esses sujeitos para recebê-los. Percebeu-se, na investigação, que essas mutações ocorridas no centro do indivíduo são agenciamentos e expressões da constituição de mulheres, sob discursos veiculados e materializados na moda, nas revistas, nos jornais e na TV.

As garotas, ao iniciarem a juventude, lançaram-se ao novo e buscaram, com suas experiências nessa década, marcar em primeiro lugar os sonhos de carreira para, posteriormente, repensarem as condições matrimoniais. Observou-se, ainda, que as atitudes irreverentes das mulheres aos padrões familiares foram caminhos de conquistas que consolidaram os sonhos

de carreira, a profissionalização e os afetos. Os espaços abertos à profissão, aos estudos, às sociabilidades e às relações afetivas representaram paisagens de “não lugares”, que diretamente afetaram e modificaram as relações de conjugalidades e família nessa década, em Teresina.

Portanto, este estudo observou que esses fatores redefiniram as identidades ditas femininas, desdobrando-as noutros modelos e performances e modificando as práticas familiares e as conjugalidades. Nesse sentido, novos signos e símbolos foram definidos nesse novo cenário de Teresina, afetando a arte, a cultura, a política e o espaço urbano, com a abertura de outras oportunidades de empregos, estudos e de entretenimento, bem como novos espaços de cidadania às mulheres jovens, que ousaram sonhar e concretizar seus ideais de independência financeira, profissional e familiar. Por fim, este estudo se direciona, efetivamente, para o entendimento do universo das mulheres como seres individuais que ousaram multiplicar seus ritmos, construir desejos e concretizar sonhos, na forma de sujeitos independentes no complexo cenário de Teresina, na travessia dos anos 1980.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: FJN/São Paulo: Cortez, 2006.

BARBOSA, Elizangela C. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. “A cidade que me guarda: um estudo histórico sobre Tristeresina, a cidade subjetiva de Torquato Neto”. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, ano 3, v. 3, n. 1, 2006.

CERTEAU, Michel de. “História de corpos”. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, p. 407-410, 2003.

_____. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Meneses. Revisão técnica de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Nunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina: 1920-1960*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luís Filipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leitão. 4. reimp. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Giles. *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Les Edições de Minuti, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Censo Demográfico*: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. *Censo Demográfico*: 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. *Censo Demográfico*: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Estatísticas do Registro Civil*: 1984-2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135>. Acesso em: 16 fev. 2025.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher*: permanência e revolução do feminino. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 447-468.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACIEL, Jéssica de S.; FONTINELES, Cláudia C. As Diretas Já em Teresina na ótica dos jornais impressos (1983-1984). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Rodrigo

Caetano; FERREIRA, Ronyere Ferreira da (orgs.). *História e Política: problemas e abordagens nos contextos brasileiros*. Teresina: EDUFPI, 2016, pp. 265-283

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Trad. Ana Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

MATOS, Maria Izilda Santos; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 126-147.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. *Praticando espaços, entre acordes, letras e máscaras: história, memória e sociabilidades em espaços culturais de Teresina nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PEDRO, Joana M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 238-259.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 513-543.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006.

_____. A poética dos sentimentos em Luiza Amélia de Queiroz. In: MATOS, Maria Izilda Santos; BRANCO, Pedro Vilarinho (orgs.). *Cultura, corpo e educação: diálogos de gênero*. São Paulo: Intermeios/Teresina: EDUFPI, 2015, pp. 273-293. (Coleção Entregêneros)

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2014.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

REVISTAS

CARTA CEPRO. Estimativas para da população para o Estado do Piauí (1985-1986). Teresina, v. 8, n. 2., p.1-152, 1982.

SITES VISITADOS

BORGES, Carolina de Campos. “Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade”. *Psicologia em Estudo*, v. 18, p. 71-81, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9n7Jq6DBZsVsNMfg7SGqhBS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres brasileiras, educação e trabalho. s.d. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie3.php?area=series>. Acesso em: 17 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=2&op=1&vcodigo=RC48&t=casamento-estado-civil-mulheres>

LONGMAN, Gabriela; VIANA, Diego. Rancière: “A política tem sempre uma dimensão estética”. *Cult*, 30 mar. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MATOS, Maria Izilda Santos. “História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas”. *Mandrágora*, v.19. n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/view/1238>. Acesso em: 17 fev. 2025.

NASCIMENTO, Arlindo Mello. População e Família Brasileira: ontem e hoje. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 15. Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

OBSERVATÓRIO DA TV: <https://observatoriodatv.com.br/teledramaturgia/malu-mulher/>

ENTREVISTAS CONCEDIDAS

FACUNDES, Edilene. Funcionária aposentada da CEF. Entrevista concedida a J.V.C.B. em 26 out. 2015.

MAGALHÃES, Reia Silvia Rios. Professora doutora da UFPI do Curso de Serviço Social. Entrevista Concedida a J.V.C.B. em 14 set. 2015.

MAGALHÃES, Rita. Enfermeira. Professora mestre – aposentada do CTT-UFPI. Entrevista concedida a J.V.C.B. em 23 out. 2015.

MAIA, Tailândia Melo de Alencar. Funcionária pública do DENIT em Teresina. Entrevista concedida a J.V.C.B. em 10 set. 2015.

TERRA, Sônia. Jornalista e funcionária pública da Prefeitura de Teresina. Entrevista concedida a J.V.C.B. em 27 out. 2015.